



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



RELATÓRIO ANUAL

CONTRATO DE GESTÃO

2023

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ
OS-MCTI

PARTE III



SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	5
2. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	9
3. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	14
3.1. Contexto operacional (Nota Explicativa 01)	14
3.2. Base de preparação. (Nota Explicativa 02)	16
3.3. Principais políticas contábeis. (Nota Explicativa 03)	16
3.4. Caixa e equivalente de caixa. (Nota Explicativa 04)	22
3.5. Recursos vinculados a projetos. (Nota Explicativa 05)	23
3.6. Créditos a receber. (Nota Explicativa 06)	24
3.7. Imobilizados. (Nota Explicativa 07)	24
3.7.1. Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado	25
3.8. Intangível. (Nota Explicativa 08)	25
3.9. Obrigações sociais e trabalhistas (Nota Explicativa 09)	26
3.10. Outras contas a pagar (Nota Explicativa 10)	26
3.11. Obrigações com recursos de projetos. (Nota Explicativa 11)	26
3.12. Investimentos com Recursos de Projetos. (Nota Explicativa 12)	27
3.13. Patrimônio líquido. (Nota Explicativa 13)	28
3.13.1. Patrimônio social	28
3.13.2. Superavit ou Deficit acumulado	28
3.14. Processos judiciais e contingências. (Nota Explicativa 14)	28
3.15. Receita operacional líquida (Nota Explicativa 15)	28
3.16. Custos das atividades (Nota Explicativa 16)	28
3.17. Despesas com pessoal (Nota Explicativa 17)	29
3.18. Despesas gerais e administrativas (Nota Explicativa 18)	29
3.19. Despesas tributárias (Nota Explicativa 19)	29
3.20. Outras receitas e despesas (Nota Explicativa 20)	30
3.21. Resultado financeiro líquido (Nota Explicativa 21)	30
3.22. Instrumentos financeiros (Nota Explicativa 22)	30



3.22.1. Risco de crédito	30
3.23. Informações sobre a gestão financeira do contrato de gestão (Nota Explicativa 23)	31
3.24. Cobertura de seguros (Nota Explicativa 24)	32
4. RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DA AUDITORIA INDEPENDENTE	34



LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Balanços Patrimoniais. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais)	9
Tabela 2. Demonstrações de resultados. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais)	10
Tabela 3. Demonstrações de resultados abrangentes. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais)	11
Tabela 4. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)	12
Tabela 5. Demonstração dos fluxos de caixa. Método indireto. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)	13
Tabela 6. Caixa e equivalente de caixa	22
Tabela 7. Recursos Vinculados a Projetos	26
Tabela 8. Composição por projeto	26
Tabela 9. Créditos a receber	24
Tabela 10. Imobilizado	24
Tabela 11. Intangível	25
Tabela 12. Obrigações sociais e trabalhistas	26
Tabela 13. Outras contas a pagar	26
Tabela 14. Obrigações com recursos de projetos	26
Tabela 15. Receita operacional líquida	28
Tabela 16. Custos das atividades	28
Tabela 17. Despesas com pessoal	29
Tabela 18. Despesas gerais e administrativas	29
Tabela 19. Despesas tributárias	29
Tabela 20. Outras receitas e despesas	30
Tabela 21. Resultado financeiro líquido	30
Tabela 22. Exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras ..	30
Tabela 23. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão	31
Tabela 24. Cobertura de seguros contra riscos operacionais em 31 de dezembro de 2023..	32



1. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ**

**Relatório de revisão do auditor
independente**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023**



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Manaus - AM

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo na referida data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e à aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

As demonstrações contábeis incluem também informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 13 de fevereiro de 2023. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Revisão da vida útil do ativo imobilizado

Nos foi apresentado durante a execução dos trabalhos, evidência de realização da revisão da vida útil do ativo imobilizado com o propósito de determinar a necessidade de alterar a vida útil para fins de depreciação, conforme determina o CPC 27 - Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação sobre aplicação inicial ao ativo Imobilizado, contudo, atualização não foi realizada durante o exercício de 2023 apesar do laudo entregue pela empresa contratada. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos descritos nos parágrafos anteriores, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Manaus, 19 de fevereiro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1- S - AM


João Domingos da Rosa
Contador CRC 1 SP 159332/O - T - S - AM



1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Tabela 1. **Balancos Patrimoniais**. CNPJ: 03.119.820/0001-95. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais).

Ativo	Notas Explicativas	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido		
				Notas Explicativas	2023	2022
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.896.859,10	2.697.690,75	Fornecedores		114.469,91
Recursos vinculados a convênios	5	39.041.769,73	38.879.972,39	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.686.881,23
Créditos a receber	6	1.273.675,11	11.757.774,48	Obrigações tributárias		14.325,59
				Outras contas a pagar	10	980.126,49
				Obrigação com recursos de projetos	11	38.390.741,98
Total do circulante		44.212.303,94	53.335.437,62	Total do circulante		41.186.545,20
				Não circulante		
Não circulante				Outras contas a pagar		55.806,96
Processos judiciais		55.806,96	55.806,96	Investimentos com recursos de projetos	12	21.742.311,65
Imobilizado	7	23.750.127,52	21.117.342,84	Total do não circulante		21.798.118,61
Intangível	8	131.084,35	173.454,81	Patrimônio líquido	13	
Total do não circulante		23.937.018,83	21.346.604,61	Patrimônio social		4.730.983,35
				Superavit/Deficit acumulado		433.675,61
Total do ativo		68.149.322,77	74.682.042,23	Total do passivo e patrimônio líquido		5.164.658,96
						4.730.983,35

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora: CRCAM: 010141/O-0



Tabela 2. **Demonstrações de Resultados**. Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais).

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	15	33.582.968,22	27.346.168,03
Custo das atividades	16	<u>(24.041.319,68)</u>	<u>(19.398.512,85)</u>
Superavit bruto		9.541.648,54	7.947.655,18
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	17	(2.653.734,52)	(2.552.789,36)
Despesas gerais e administrativas	18	(5.705.716,62)	(5.187.045,36)
Despesas tributárias	19	(1.260.335,87)	(1.093.993,72)
Outras receitas e despesas	20		
Doações e prêmios recebidos		294.830,79	226.324,80
Alienação de bens do imobilizado		-	2.000,00
Outras despesas		(29.036,63)	(72.413,95)
Superavit/Deficit antes do resultado financeiro		187.655,69	(730.262,41)
Receitas financeiras		364.903,69	318.013,78
Despesas financeiras		<u>(118.883,77)</u>	<u>(85.355,49)</u>
Resultado financeiro líquido	21	246.019,92	232.658,29
Superavit/Deficit do Exercício		433.675,61	(497.604,12)

As notas explicativas Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Tabela 3. **Demonstrações de Resultados Abrangentes**. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
(Em Reais).

	2023	2022
Superavit/Deficit do exercício	433.675,61	(497.604,12)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	433.675,61	(497.604,12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Tabela 4. **Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.** Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais).

	Patrimônio Social	Superavit (Deficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.860.054,06	368.826,71	5.228.587,47
Incorporação do Superavit Acumulado	368.826,71	(368.826,71)	-
Deficit do Exercício	-	(497.604,12)	(497.604,12)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.228.587,47	(497.604,12)	4.730.983,35
Incorporação do Deficit Acumulado	(497.604,12)	497.604,12	-
Superavit do Exercício	-	433.675,61	433.675,61
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.730.983,57	433.675,61	5.164.658,96

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



Tabela 5. **Demonstração dos Fluxos de Caixa.** Método indireto. Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. (Em Reais).

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit/Deficit do exercício	433.675,61	(497.604,12)
Depreciação e amortização	1.300.690,14	1.167.084,17
Baixas do imobilizado e intangível	29.036,63	72.413,95
Correção saldo convênio	-	(293,30)
	1.763.402,38	741.600,70
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a convênios	(161.797,34)	(16.331.964,35)
Créditos a receber	10.484.099,37	21.513.124,18
Depósitos judiciais	-	-
	10.322.302,03	5.181.159,83
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	9.861,03	81.234,56
Obrigações sociais e trabalhistas	181.313,89	(334.432,43)
Obrigações tributárias	(3.811,21)	(85.260,90)
Outras contas a pagar	575.816,97	(34.833,87)
Obrigações com recursos de convênios	(7.729.575,75)	3.000.032,84
	(6.966.395,07)	2.626.740,20
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.119.309,34	8.549.500,73
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.920.140,99)	(7.966.046,61)
Aquisição de intangível	-	(169.694,16)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(3.920.140,99)	(8.135.740,77)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.199.168,35	413.759,96
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.697.690,75	2.283.930,79
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.896.859,10	2.697.690,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



3. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1. Contexto operacional (Nota Explicativa 01)

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma Entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 23 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do Decreto Presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - Bairro Fonte Boa, Município de Tefé, no Estado do Amazonas.

Sua Missão é promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável.

Para cumprir sua missão, o IDSM tem por objetivos:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de ecossistemas alagáveis;
- Promover o desenvolvimento sustentável em articulação com as populações locais;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Promover estudos e pesquisas sobre biodiversidade, conservação, manejo e o uso sustentável dos recursos naturais;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas, que tenham por objetivo a conservação e a preservação da biodiversidade;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nos ecossistemas alagáveis da Amazônia;
- Promover eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados a sua missão;
- Promover inovação em tecnologias sociais e sustentáveis.

As normas e regulamentos do IDSM são definidos por seu conselho de administração, e as atividades da instituição são guiadas e acompanhadas por metas e prazos pactuados em contratos de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O primeiro contrato de gestão, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, foi



renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010. Outra renovação era prevista para junho de 2016, porém vinha sendo prorrogada desde então. Somente em 20 de abril de 2021 foi assinado o novo contrato e publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de abril de 2021, com vigência até 2030. Os recursos destinados ao custeio das atividades do IDSM são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI. Vide informações sobre a gestão financeira do referido Contrato na Nota Explicativa no 23.

Além dos recursos provenientes do Contrato de Gestão, o Instituto tem firmado contrato com outras instituições de fomento. Em 2023 assinou contrato com o Fundo Vale para execução do projeto Fortalecimento da gestão de recursos pesqueiros para proteção e desenvolvimento territorial em unidades de conservação de uso sustentável da Amazônia Central. Com o Comitê Olímpico Brasileiro-COB, assinou contrato de prestação de serviços de replantio, recuperação florestal e monitoramento da biodiversidade. Com a SEA World assinou contrato para apoio ao projeto “UME de botos de rio no Lago Tefé, Amazônia Ocidental Brasileira”. Em 2022 foi assinado o convenio com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – IDESAM, para desenvolvimento do Projeto Prioritário intitulado “Adaptação de processos de certificação participativa para conferir o selo orgânico aos manejadores de pirarucu da Amazonia”. Desde 2018 o IDSM tem firmado convênio com a Fundação Gordon Moore, com o projeto Providence. No final de 2022 assinou um novo acordo de subvenção com a finalidade de apoiar o desenvolvimento, expansão e adoção de uma rede de sistemas bioacústicos de gestão comunitária integrando a pesca em planície de inundação e florestas na bacia do rio Amazonas. Outro Termo de Parceria assinado foi com a Fundação Vitória Amazônica – FVA, para execução do projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica: um arranjo inovador de parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, o Fundo Amazônia/BNDES e a Fundação Gordon e Betty Moore e visando promover a manutenção da paisagem, a conservação da biodiversidade, as funções climáticas da Amazônia e o desenvolvimento socioambiental e cultural de povos e comunidades tradicionais. Ainda em 2021 firmou convênios com IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal Agrícola, para execução do projeto Origens Brasil Accelerating Transition To A Standing Forest Economy. Com a FBB - Fundação Banco do Brasil foi para desenvolver o projeto Arranjo de Tecnologias Sociais de Abastecimento de Água Para Comunidades Ribeirinhas da Amazônia e com a GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit assinou o convênio project "Strengthening the bioeconomy through the structuring of productive and value chains of family farming and its agroecology networks in Amazonas

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo, colaborando para o desenvolvimento das comunidades regionais e a inserção dos comunitários locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.



3.2. Base de Preparação. (Nota Explicativa 02)

3.2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.2.2. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

3.2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

3.2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 7 - Determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 11- Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.3. Principais Políticas Contábeis. (Nota Explicativa 03)

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.



3.3.1. Instrumentos Financeiros

3.3.1.1. Ativos Financeiros não Derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

3.3.1.2. Passivos Financeiros não Derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.



Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

3.3.3. Recursos Vinculados a Projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de mente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, soo, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

3.3.4. Créditos a Receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

3.3.5. Imobilizado

3.3.5.1. Reconhecimento e Mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.



3.3.5.2. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.3.5.3. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando às vidas úteis econômicas estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto. Terrenos não são depreciados. Vide comentários adicionais na Nota Explicativa nº 7.

3.3.5.4. Obras em Andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

3.3.6. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

3.3.7. Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.



A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

3.3.8. Benefícios a Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.3.9. Obrigações com Recursos de Projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os “Investimentos com recursos de projetos” referem-se aos bens registrados no ativo imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O seu valor residual está registrado em conta do passivo não circulante, “Subvenções para investimento a amortizar”, e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

3.3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.3.11. Receita Operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do Contrato de Gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo Instituto. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.



As receitas de serviços prestados com Ecoturismo são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

3.3.12. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.3.13. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

3.3.13.1. Aplicações Financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

3.3.13.2. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.3.13.3. Ativos Financeiros não Derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

3.3.13.4. Passivos Financeiros não Derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

3.3.14. Isenções Fiscais

O Instituto é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).



Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, arts. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15, § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa. (Nota Explicativa 04)

Tabela 6. Caixa e equivalente de caixa.

	2023	2022
Caixa	8.572,63	9.380,56
Bancos	637.583,55	147.513,63
Aplicações financeiras	3.250.702,92	2.540.796,56
	3.896.859,10	2.697.690,75



3.5. Recursos Vinculados a Projetos. (Nota Explicativa 05)

Tabela 7. Recursos Vinculados a Projetos.

	2023	2022
Caixa	8.898,06	1.065,36
Bancos	192.227,98	362.865,41
Aplicações financeiras	38.840.643,69	38.516.041,62
	39.041.769,73	38.879.972,39

Tabela 8. Composição por projeto.

	2023	2022
Contrato de Gestão – Subvenção MCTI	17.880.918,85	37.599.102,41
Contrato de Gestão – Subvenção MCTI/FNDCT	17.088.139,72	-
Convênio Moore	2.231.972,56	-
Convênio Fundo Vale	696.132,40	-
Convênio Lei de Incentivo Informática	359.254,24	394.144,35
Convênio GIZ	200.212,57	269.735,07
Convênio IDESAM	176.102,82	216.772,02
Convênio Zurich/ImaFlora	139.309,77	102.038,02
Convênio SEA WORLD	58.422,78	-
Convênio COB	53.243,51	-
Convênio IFAW	51.138,22	-
Convênio IEB/USAID	36.875,65	5.140,64
Convênio LIRA	31.562,11	34.916,81
Convênio STANFORD	30.067,36	-
Convênio Global	8.417,08	82.750,36
Convênio FBB	0,09	100.963,85
Convênio FINEP	-	65.408,86
Convênio BASA	-	9.000,00
	39.041.769,73	38.879.972,39

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,96% ao mês.

A Administração do Instituto adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na



poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

3.6. Créditos a Receber. (Nota Explicativa 06)

Tabela 9. Créditos a receber

	2023	2022
Recursos a Receber do Contrato de Gestão	100.000,00	11.000.000,00
Adiantamentos a fornecedores	983.632,11	583.624,95
Adiantamentos a funcionários	53.643,00	60.874,00
Adiantamentos de viagens	77.158,11	52.729,12
Recursos de clientes	25.505,20	23.635,00
Seguros a apropriar	19.010,05	17.132,01
Créditos tributários	14.726,64	19.779,40
	1.273.675,11	11.757.774,48

O valor de R\$ 100.000,00, do Contrato de Gestão, foi aprovado nos 8º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, e esse valor estava previsto o recebimento ainda em 2023, o que não ocorreu, porque o T.A. foi assinado somente no dia 26 de dezembro de 2023.

3.7. Imobilizados. (Nota Explicativa 07)

Tabela 10. Imobilizado.

	2023	2022
Bens próprios	4.661.926,99	4.544.778,87
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	31.200.665,31	27.460.148,01
	35.862.592,30	32.004.926,88

Imobilizado	Saldo em 31.12.2022	Taxa a.a	Adições	Baixas	Transfe rências	Saldo em 31.12.2023
Custo						
Terrenos	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Edificações	11.168.537,86	1,67	-	-	-	11.168.537,86
Instalações	657.357,83	4	10.000,00	-	-	667.357,83
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5.761.897,91	4	710.797,20	(34.680,42)	-	6.438.014,69
Equipamentos de informática	2.831.355,03	25	415.783,54	(26.451,15)	-	3.220.687,42
Veículos	1.807.885,24	25	297.700,00	-	-	2.105.585,24
Móveis e utensílios	1.869.620,34	8	656.997,03	(1.344,00)	-	2.525.273,37
Biblioteca	665.028,33	-	24.989,22	-	-	690.017,55



Benfeitorias	665.000,00	25	-	-	-	665.000,00
Imobilizado em andamento	6.568.244,34	-	1.803.874,00	-	-	8.372.118,34
	32.004.926,88		3.920.140,99	(62.475,57)	-	35.862.592,30
Depreciação Acumulada						
Edificações	(3.276.913,50)		(198.868,32)	-	-	(3.475.781,82)
Instalações	(370.604,51)		(19.847,40)	-	-	(390.451,91)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(3.479.646,81)		(283.318,31)	7.011,11	-	(3.755.954)
Equipamentos de informática	(1.963.698,67)		(354.517,24)	25.083,83	-	(2.293.132)
Veículos	(438.031,40)		(95.898,61)	-	-	(533.930)
Moveis e utensílios	(1.164.730,77)		(139.619,76)	1.344,00	-	(1.303.007)
Benfeitorias	(193.958,38)		(166.250,04)	-	-	(360.208)
	(10.887.584,04)		(1.258.319,68)	33.438,94	-	(12.112.465)
Imobilizado Líquido	21.117.342,84		2.661.821,31	(29.036,63)	-	23.750.127,52

3.7.1. Avaliação das Vidas Úteis Econômicas dos Bens do Imobilizado

Em 2023 foi contratada a empresa Afixcode, para realizar a avaliação e definição da nova vida útil econômica dos bens do Instituto. O levantamento físico para coleta de informações dos bens avaliados foi realizado no período de 27 de março a 12 de maio de 2023, no entanto, a nova taxa de vida útil dos bens somente será atualizada, no sistema de controle patrimonial, a partir de janeiro de 2024, devido o laudo de determinação da vida útil ter somente ter ficado pronto no mês de outubro de 2023. Os bens seguiram depreciando de acordo com as taxas de depreciação do tempo de vida útil constantes no laudo de avaliação feito pela empresa Global Consult.

3.8. Intangível. (Nota Explicativa 08)

Tabela 11. Intangível.

	2023	2022
Bens próprios	131.781,92	131.781,92
Bens com restrição de uso (vinculados a projetos)	417.381,99	417.381,99
	549.163,91	549.163,91

	Saldo em 31.12.2022	Taxa a.a	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Custo						
Direitos de Uso de Software	549.163,91	20	-	-	-	549.163,91



	549.163,91	-	-	-	549.163,91
Amortização					
Direitos de Uso de Software	(375.709,10)	(42.370,46)	-	-	(418.079,56)
	(375.709,10)	(42.370,46)	-	-	(418.079,56)
Intangível Líquido	173.454,81	(42.370,46)	-	-	131.084,35

3.9. Obrigações Sociais e Trabalhistas (Nota Explicativa 09)

Tabela 12. Obrigações sociais e trabalhistas.

	2023	2022
Férias a pagar	(1.250.393,33)	(1.115.160,31)
INSS sobre férias	(335.100,96)	(299.500,16)
FGTS sobre férias	(99.798,13)	(89.212,80)
Outros passivos	(1.248,00)	(1.683,48)
INSS sobre salários	(185,49)	-
FGTS sobre folha	(142,77)	-
PIS sobre salários	(12,55)	(10,59)
	(1.686.881,23)	(1.505.567,34)

3.10. Outras Contas a Pagar. (Nota Explicativa 10)

Tabela 13. Outras contas a pagar

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos	-	(2.918,00)
Retenções de terceiros	(13.842,38)	(990,99)
Contas a pagar	(310.950,71)	(50.238,13)
Antecipações de pacotes turísticos	(655.154,40)	(333.092,82)
Outas obrigações	(179,00)	(17.069,58)
	(980.126,49)	(404.309,52)

3.11. Obrigações com Recursos de Projetos. (Nota Explicativa 11)

Tabela 14. Obrigações com recursos de projetos.

	2023	2022
Subvenção MCTI	(17.277.416,03)	(16.748.473,62)
Subvenção MCTI /FNDCT	(16.815.952,50)	(30.899.990,09)
Convênio Moore 2022	(2.291.553,10)	-
Convênio Fundo Vale	(695.971,12)	-



Convênio DENSO	(359.148,03)	(352.597,70)
Convênio GIZ	(191.162,36)	(265.317,22)
Convênio IDESAM	(172.380,33)	(216.772,02)
Outros Convênios	(188.721,46)	-
Convênio ZURICH/IMAFLORA	(118.645,38)	(95.764,99)
Convênio. BRISTOL	(74.477,67)	(57.425,99)
Convênio SEA World	(73.422,78)	-
Convênio IFAW	(51.062,27)	-
Convênio IEB/USAID	(36.875,65)	(5.908,49)
Convênio LIRA	(33.722,11)	(30.432,01)
Convênio GLOBAL	(10.231,10)	(87.039,21)
Convênio FBB	(0,09)	(100.854,15)
Convênio FINEP	-	(65.408,86)
Convênio INVENTUS	-	(15.249,56)
Convênio BASA	-	(8.270,00)
Convênio JABIL	-	(2.068,16)
	(38.390.741,98)	(48.951.572,07)

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 38.390.741,89 de recursos recebidos a título de Contrato de Gestão com o MCTI e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura da entidade, que ainda não foram executados. Desse valor, R\$ 16.915.852,50 é saldo proveniente do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Científico e Tecnológico – FNDCT, recebidos através do Contrato de Gestão. A entidade mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

Além dos recursos recebidos o Instituto tem provisionado o valor de R\$ 100.000,00, já aprovado nos 8º Termo Aditivo do Contrato de Gestão. Esse valor estava previsto o recebimento ainda em 2023, porém a assinatura do T.A ocorreu somente na segunda quinzena de dezembro.

Os saldos dos recursos recebidos em 2023 serão destinados para compor a reserva técnica estabelecida e para continuidade das ações iniciadas em 2023.

3.12. Investimentos com Recursos de Projetos. (Nota Explicativa 12)

Os investimentos com recursos de projetos (Passivo Não Circulante) referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais e recursos de terceiros. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 21.742.311,65, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.



3.13. Patrimônio Líquido. (Nota Explicativa 13)

3.13.1. Patrimônio Social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor.

3.13.2. Superávit ou Déficit Acumulado

Refere-se ao superavit ou deficit do ano corrente. Após aprovação pelos Conselhos de Administração e Diretor, esses valores são incorporados ao “Patrimônio social” do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

3.14. Processos Judiciais e Contingências. (Nota Explicativa 14)

O Instituto, atualmente, é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, no valor de R\$ 9.506.509,13 , com chances de perda remota, conforme relatório da assessoria jurídica nº 001/2024 – ASJUR-IDSM.

3.15. Receita Operacional Líquida (Nota Explicativa 15)

Tabela 15. Receita operacional líquida

	2023	2022
Subvenção do MCTI	26.704.627,13	20.896.729,78
Convênios	3.824.086,31	3.836.853,02
Ecoturismo	3.009.197,10	2.512.468,34
Outras receitas	266.965,83	329.089,02
	33.804.876,37	27.575.140,16
Deduções de vendas	(228.608,15)	(228.970,13)
	33.576.268,22	27.346.170,03

3.16. Custos das Atividades (Nota Explicativa 16)

Tabela 16. Custos das atividades.

	2023	2022
Salários	(8.293.589,15)	(7.358.817,65)
Materiais e bens	(4.110.578,75)	(2.994.253,89)
Encargos sociais	(3.273.890,64)	(3.016.477,12)
Serviço de terceiros	(3.115.491,90)	(1.790.354,41)
Provisões	(1.952.265,19)	(1.602.982,21)
Diárias e passagens	(1.325.110,95)	(855.024,54)
Custo com serviços - Ecoturismo	(590.511,06)	(427.443,19)



Serviços de auditoria/consultoria	(515.183,76)	(541.537,20)
Locações diversas	(505.769,64)	(530.371,84)
Utilidades e serviço	(261.276,30)	(218.192,54)
Custo apoio de gestão	(81.243,48)	(52.247,01)
Locação de mão de obra	(15.185,00)	(7.900,00)
Informação científica	(1.223,86)	(2.911,25)
	(24.041.319,68)	(19.398.512,85)

3.17. Despesas com Pessoal (Nota Explicativa 17)

Tabela 17. Despesas com pessoal

	2023	2022
Salários e honorários	(1.389.501,27)	(1.379.179,93)
Encargos sociais	(550.599,03)	(537.588,43)
Despesa com 13º salário e férias	(432.626,84)	(381.609,98)
Benefícios	(177.392,12)	(162.524,58)
Encargos sociais sobre provisões	(103.615,26)	(91.886,44)
	(2.653.734,52)	(2.552.789,36)

3.18. Despesas Gerais e Administrativas (Nota Explicativa 18)

Tabela 18. Despesas gerais e administrativas.

	2023	2022
Locações	(1.142.363,38)	(1.096.054,94)
Depreciação e amortização	(1.300.690,14)	(1.167.084,17)
Serviços de terceiros	(1.268.750,25)	(964.205,97)
Utilidades e serviços	(1.061.292,78)	(1.372.845,28)
Materiais e suprimentos	(859.740,01)	(513.370,12)
Diárias e passagens	(71.763,66)	(68.552,39)
Multas	(1.116,40)	(4.932,49)
	(5.705.716,62)	(5.187.045,36)

3.19. Despesas Tributárias (Nota Explicativa 19)

Tabela 19. Despesas tributária

	2023	2022
IR Exclusivo na Fonte	(981.710,82)	(845.813,30)
COFINS Sobre Receita Financeira	(185.500,98)	(172.466,93)
Outros Imp/Taxas/Contribuições	(60.475,91)	(40.799,70)
INSS Serv. Terceiros – Contribuição Patronal	(32.648,16)	(34.913,79)
	(1.260.335,87)	(1.093.993,72)



3.20. Outras Receitas e Despesas (Nota Explicativa 20)

Tabela 20. Outras receitas e despesas.

	2023	2022
Doações recebidas	294.830,79	226.324,80
Alienação de bens do imobilizado	-	2.000,00
Outras despesas	(29.036,63)	(72.413,95)
	265.794,16	155.910,85

3.21. Resultado Financeiro Líquido (Nota Explicativa 21)

Tabela 21. Resultado financeiro líquido.

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos s/ aplicações financeiras	364.898,38	318.001,84
Outras receitas financeiras	5,31	11,94
	364.903,69	318.013,78
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(118.537,18)	(85.033,90)
Outras despesas financeiras	(346,59)	(321,59)
	(118.883,77)	(85.355,49)
	246.019,92	232.658,29

3.22. Instrumentos Financeiros

3.22.1. Risco de Crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Tabela 22. Exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras.

	Nota	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e bancos	4	3.896.859,10	2.697.690,75
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	8.898,06	1.065,36
Bancos	5	192.227,98	362.865,41



Aplicações financeiras	5	38.840.643,69	38.516.041,62
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	10	38.390.741,98	48.951.572,07

Em 31 de dezembro de 2023 o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

3.23. Informações Sobre a Gestão Financeira do Contrato de Gestão (Nota Explicativa 23)

Tabela 23. Demonstrativo das receitas e despesas relacionadas ao Contrato de Gestão.

I. Demonstrativo das Receitas e Despesas Relacionadas ao Contrato de Gestão

Ano	Saldo Inicial	MCTI	Aplicação Financeira	Despesas Líquidas	Saldo Final
2019	19.560.972,00	11.402.925,00	607.193,75	(16.197.250,96)	15.373.839,79
2020	15.373.839,79	20.700.049,00	321.286,93	(15.813.254,78)	20.581.920,94
2021	20.581.920,94	15.881.372,00	559.283,76	(17.915.184,67)	19.107.392,03
2022	19.107.392,03	43.264.800,00	3.804.391,75	(27.948.289,30)	38.228.294,48
2023	38.228.294,48	23.098.927,00	3.904.067,81	(29.361.914,35)	35.869.374,94

	2023	2022
Recursos Auferidos		
Saldo inicial (01.01)	38.228.294,48	19.107.392,03
Recursos recebidos – repasses MCTI	23.098.927,00	43.264.800,00
Receita financeira líquida	3.904.067,81	3.804.391,75
Total dos Recursos Auferidos	65.231.289,29	66.176.583,78
Despesas		
Pessoal	(14.526.445,20)	(14.071.494,35)
Custeio	(11.313.207,83)	(6.572.826,66)
Capital	(3.522.261,32)	(7.303.968,29)
Total das despesas	(29.361.914,35)	(27.948.289,30)
Saldo (31.12)	35.869.374,94	38.228.294,48

II. Saldos Contábeis das Contas Patrimoniais Vinculadas ao Contrato de Gestão

	2023	2022
No Ativo Circulante		
Recursos vinculados a projetos (Vide Nota Explicativa nº 5)	34.969.058,57	37.599.102,41
Recursos aprovados do Contrato de Gestão	100.000,00	11.000.000,00



Créditos a receber	800.316,37	629.192,07
	35.869.374,94	49.228.294,48
No Passivo Circulante		
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.592.193,10)	(1.427.957,24)
Obrigações fiscais e tributárias	(12.031,36)	(16.240,51)
Obrigações em circulação - fornecedores	(157.939,57)	(84.688,46)
Obrigações em circulação - outras retenções	(13.842,38)	(50.944,56)
	(1.776.006,41)	(1.579.830,77)
	34.093.368,53	47.648.463,71

O valor de R\$ 34.093.368,53, apresentado acima, corresponde ao saldo do ativo circulante, deduzido das despesas provisionadas, relacionadas ao Contrato de Gestão, e ainda não pagas, inclusive aquelas cujos cheques emitidos se encontram pendentes de compensação.

3.24. Cobertura de seguros (Nota Explicativa 24)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 20.740.000,00, demonstrados a seguir:

Tabela 24. Cobertura de seguros contra riscos operacionais em 31 de dezembro de 2023.

Tipo	Importância Segurada em 31.12.2023
Edifícios	15.000.000,00
Veículos	740.000,00
Responsabilidade Civil	5.000.000,00
TOTAL	20.740.000,00

Tefé/AM, 31 de janeiro de 2024



JOÃO VALSECCHI AMARAL
Diretor Geral

JOYCIMARA ROCHA DE SOUSA FERREIRA
Diretora Administrativa

NIZETE DE LIMA CAMPELO
Contadora – CRC/AM 010141/O-0



4. RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DA AUDITORIA INDEPENDENTE

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

**Relatório de asseguração limitada
sobre as informações relacionadas ao
relatório de gestão**

Em 31 de dezembro de 2023



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ

Relatório de asseguração limitada sobre as informações relacionadas ao relatório de gestão

Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório de asseguração limitada sobre as informações relacionadas ao relatório de gestão



RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA SOBRE AS INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Aos
Conselheiros e Diretores do
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
Manaus - AM

Introdução

Fomos contratados pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (“Instituto”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações relacionadas com o relatório de gestão do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da Administração da Entidade

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com os critérios estabelecidos pelo MCTI e pelos controles internos que o Instituto determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do (colocar a denominação apropriada constante no parágrafo introdutório), tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à Administração da Companhia e outros profissionais da Companhia que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do (colocar a denominação apropriada constante no parágrafo introdutório), assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do (colocar a denominação apropriada constante no parágrafo introdutório), tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do (colocar a denominação apropriada constante no parágrafo introdutório) e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:



- (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 do Instituto;
- (b) O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e quanto aos itens levantados no artigo 40 da Portaria Ministerial 1.917/20 do MCTI:

I - Percentual de gastos dos recursos repassados por intermédio do Contrato de Gestão com pessoal, discriminando os valores pagos a título de remuneração e quaisquer outras vantagens aos seus diretores executivos e empregados;

II - Situação de regularidade com o pagamento de tributos federais e existência de provisão para contingências passivas;

III - Evolução do ativo permanente da OS, segregando os investimentos com recursos próprios e do Contrato de Gestão;

IV - Montante de recursos arrecadados de fontes externas ao Contrato de Gestão, quando houver;

V - Evolução da receita do Contrato de Gestão, dos saldos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e sua reprogramação no exercício seguinte; e

VI - Contabilização da reserva técnica, seu provisionamento e utilização, quando houver.”

- (d) O confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os Relatórios de Gestão de períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.



Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório de Gestão, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MCTI em sua Portaria Ministerial 1.917/20 e demais normativas.

Manaus, 20 de fevereiro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AM


João Domingos da Rosa
Contador CRC 1 SP 159332/O - T - AM